

VESTÍGIOS DE UMA MEMÓRIA: o Instituto Histórico de Cajazeiras como lugar de produção de memórias e da história da cidade

VIVIANE GOMES DE CEBALLOS¹

O século XIX representou o momento de institucionalização da História enquanto ciência. Nesse momento o saber histórico ganhou contornos de uma disciplina e criou um método científico próprio do trabalho do historiador. É neste processo que se encontra a fundação dos primeiros institutos históricos, inseridos em uma cultura histórica que produz relatos, museus, pinturas históricas, entre outros registros do passado. No período Imperial, o IHGB tomou para si a responsabilidade pela produção de uma história do Brasil, uma produção de identidades e territorialidades baseada na busca incessante, compilação, organização e acondicionamento de vasta pesquisa documental. Numa estreita relação com o Estado, visando a manutenção da ordem e da integridade territorial, o IHGB intentava construir uma idéia de nação. CALLARI (2001) afirma que por muitos anos o IHGB foi o único espaço de produção do saber histórico instituído como tal e, portanto, foi, por excelência, o espaço de produção, ou de “resgate”, da história brasileira. Vale lembrar que, nesse período, escrever a história do Brasil era sinônimo de exaltá-la. “Essa lógica comemorativa do instituto se efetivou não só mediante os textos produzidos e publicados na revista, como por uma prática efetiva de produção de monumentos, medalhas, hinos, lemas, símbolos. (...) Lembrar para comemorar, documentar para bem festejar”. (SCHWARCZ: 2007,104)

O principal objetivo do IHGB aparece descrito na sua primeira publicação: “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos para a história e geografia do império do Brasil; e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público.” (CALLARI: 2001, 66) Caberia aos intelectuais do IHGB a formulação, a definição do projeto de nação de que se falava naquele momento e que tanto se almejava.

¹ Professora do curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Federal de Campina Grande. Doutoranda do programa de Pós-Graduação em História da Unicamp.

Seguindo estes preceitos, formaram-se os Institutos Históricos provinciais ligados e fiscalizados pela sua matriz localizada na capital imperial. Já no período Republicano, em 1905, na Assembléia Legislativa do estado paraibano, na presença do Presidente do Estado, do Bispo da Diocese e ilustres figuras políticas, fundou-se o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). De acordo com o patrono da Academia Paraibana de Letras e então Deputado Federal, João Pereira de Castro Pinto, o IHGP representava a consagração “ao estudo e ao amor do passado”. (Termo da Fundação do IHGP, 07 de setembro de 1905) Esta afirmação simboliza a importância das coleções consideradas históricas e seu armazenamento como princípio norteador de um significado da paraibanidade. A partir da concepção do documento como um tesouro a ser protegido, o IHGP teve como intuito não apenas reunir, mas também atribuir importância aos documentos que compõem a história político-econômico-religiosa da Paraíba colonial, imperial e republicana.

Nos anos de 1990, o Deputado Federal Edme Tavares lançou em seção da Câmara Municipal de Cajazeiras, a ideia da criação do Instituto Histórico desta cidade. Uma instituição que funcionaria aos moldes dos Institutos Históricos – espaço de armazenamento e de preservação de uma memória para a cidade. Apenas quatorze anos depois a proposta foi realmente efetivada por um grupo de políticos, comerciantes, professores e jornalistas cajazeirenses. Esteve à frente dessa iniciativa o professor José Antônio de Albuquerque, nomeado presidente da Instituição.

De acordo com o jornalista Fernando Caldeira, Cajazeiras é uma cidade que “sobre a pilastra da educação e da cultura conseguiu destaque no cenário estadual, projetando-se inclusive fora das fronteiras paraibanas, e revelando nomes ilustres da vida sócio-política e econômica da região”. Cajazeiras é também reconhecida como “a cidade que ensinou os sertões a ler”. (CALDEIRA: 1987, 231) De acordo com os editores do “Pátria Jornal” (em edição histórica alusiva aos 80 anos de aniversário do primeiro jornal cajazeirense), nas décadas de 1920 e 1930, a cidade era considerada um espaço sertanejo de efervescência cultural: “a história de Cajazeiras é a mais bonita dos sertões nordestinos. Precisamos recontá-la. (...) Amigos, o PROJETO RESGATE tem um só objetivo: manter na lembrança da nossa gente, tanto quanto possível, os nomes dos que se fizeram merecedores do nosso reconhecimento e admiração.” (PÁTRIA JORNAL: 2003, 03) O jornal continua a defender, em pleno século XXI, a importância do resgate

de uma memória local. Percebe-se que anos antes da fundação efetiva do IHC já se constituía uma imagem concreta de um passado idílico, uma “era de ouro” que deveria ser preservada e recontada para as futuras gerações. Certamente, o resultado disso foi a concretização da iniciativa da Câmara Municipal, na figura do Deputado Edme Tavares, em fundar o Instituto Histórico de Cajazeiras situado, atualmente, no edifício do antigo Grêmio Artístico Cajazeirense.

Diante desse breve histórico sobre o significado da memória sacralizada pelos Institutos Históricos, torna-se imperioso pensar e problematizar a importância da elaboração destas memórias para a cristalização de monumentos. Práticas oficiais que elegem personalidades e que escolhem e destacam eventos para a elaboração da história de uma cidade. Ao discutir a relação entre história e memória, Le Goff afirma que “de facto, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efectuada quer pelas forças que operam o desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”. (LE GOFF: 1994, 535) Em outras palavras, há que se refletir sobre a anfibologia do significado do documento. O IHC preocupa-se com a preservação memorialística desta herança do passado, ou seja, os seus monumentos; detém-se no entesouramento de uma história e de uma memória para a cidade de Cajazeiras a partir da reunião de documentos que versem sobre a cidade e seus habitantes. Nosso primeiro passo consiste na organização e preservação deste acervo que se encontra atualmente disperso. O segundo momento, entretanto, rompe com a concepção do documento/monumento, consistindo na possibilidade da dilatação da memória histórica. O documento não é um tesouro guardado para dar conta do passado, mas um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detêm o poder. Cabe sinalizar as frutíferas parcerias que vem ocorrendo entre institutos históricos municipais e estaduais e as próprias universidades. Espaços de naturezas distintas, distanciados há muito no modo de pensar e produzir História, que agora se aproximam e travam diálogos importantes, tanto do ponto de vista teórico, quanto a partir da organização e digitalização de acervos.

Perguntamo-nos, por fim, se é possível ao historiador – que constrói o passado, que elege monumentos, que cria memórias de um espaço – conhecer esta cidade enquanto unidade. Acreditamos que a necessidade de criar um Instituto Histórico e reunir

documentos das mais diversas matizes (livros, revistas, jornais, fotografias, programas de rádio, etc.), nos permite pensar essa cidade muito mais enquanto multiplicidade do que monumentalidade. Ao historiador cabe romper a postura do *voyeur* – que enxerga a cidade enquanto panorama - e mergulhar nela de forma crítica, conhecer a sua pluralidade, conhecê-la a partir da “cegueira” que prevalece entre os seus “praticantes ordinários”. Segundo Michel de Certeau, “as redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, elas permanecem cotidianamente, indefinidamente, outra”. (CERTEAU: 1996, 171). Ou seja, a cidade não é um espaço imóvel, pronto para ser analisado, esmiuçado, resgatado. A cidade assume para nós a fluidez própria das distintas trajetórias e expectativas que cada um de seus passantes constrói no presente. Cajazeiras é a cidade do Pe. Rolim, da família Albuquerque, dos Cartaxo, dos Dantas Cartaxo, da Diocese, do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, do Colégio Diocesano Padre Rolim, de dona Rosa Preta, e de Dona Teresa do Pau, enfim, é uma pluralidade que não exclui nenhuma das alcunhas que a ela são atribuídas, mas que é uma constante bricolagem desses inúmeros textos que a compõe e são por ela compostos.

A intenção deste trabalho, com a organização e digitalização do acervo do IHC, é possibilitar que as pessoas tenham acesso a essa pluralidade de textos que compõem a história de Cajazeiras e possam escriturar suas próprias trajetórias.

* * *

Cajazeiras, município fundado pela lei nº 92, de 23 de novembro de 1863, e elevada à categoria de cidade pela lei nº 616 de 10 de junho de 1876, assumiu ao longo dos anos grande importância no cenário paraibano. Considerada uma das principais cidades do estado, Cajazeiras ainda carece de produções acadêmicas sobre sua história, seus personagens, sua memória. A criação do Instituto Histórico de Cajazeiras (IHC), sob a presidência do professor José Antônio de Albuquerque, foi uma iniciativa importante para o armazenamento e disponibilização de documentos (livros, periódicos, fotografias, etc.) referentes à memória e à história desta cidade. No entanto, a falta de catalogação e

organização deste acervo documental dificulta um acesso mais sistemático de alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação das diversas Instituições de Ensino Superior (IES) de Cajazeiras, ou mesmo de membros da comunidade que tenham interesse em conhecer a história da cidade em que residem.

Este trabalho discute a experiência no processo, ainda em andamento, de organização deste acervo para posterior disponibilização para pesquisa. Hoje, o IHC conta com 06 estantes de livros doados pelo escritor cajazeirense Otacílio Dantas Cartaxo.

De acordo com o presidente do Instituto o acervo possui aproximadamente 20 mil documentos, entre cópias de periódicos que circularam entre as décadas de 20 e 50 do século XX, livros da Diocese, obras raras e fotografias que estão dispersos em espaços privados da cidade. Nossa intenção, em parceria com o IHC, é a catalogação desta dispersa documentação e sua disponibilização para pesquisa no edifício do Instituto.

O Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande conta com um número significativo de cursos de Licenciatura e de especialização em diversas áreas do conhecimento (História, Geografia, Letras, Educação e Saúde) cujos alunos se beneficiarão diretamente com o acesso a este acervo documental. Um acervo como este é de suma importância para estes os alunos, uma vez que terão a possibilidade de experimentar a prática da pesquisa em arquivo, além de formular questões sobre a história da cidade de Cajazeiras. Ao disponibilizar o referido acervo documental, pensamos ser possível atender também a outros segmentos da sociedade que, porventura, tenham interesse em conhecer e refletir sobre a história da cidade e do seu entorno.

Diante da crescente necessidade de disponibilização de acervos documentais para o desenvolvimento das pesquisas no Centro de Formação de Professores - UFCG, nos vimos impelidos a iniciar este trabalho junto à Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, CFP/UFCG. Para nossa surpresa, nesta primeira etapa do projeto conseguimos reunir uma equipe de seis alunos voluntários e a doação, pelo presidente do Instituto, de uma mesa de higienização para dar início aos trabalhos. Os alunos voluntários se dedicaram à higienização e catalogação de parte do acervo do IHC.

O trabalho realizado entre os meses de maio e dezembro de 2010 resultaram na higienização e catalogação dos seguintes documentos:

TIPO DE DOCUMENTO	QUANT.
Atlas	20
Dicionário.....	45
Livro.....	953
Enciclopédia.....	22
Brochura.....	216
Lei.....	48
Almanaque.....	01
Revista.....	54
Bíblia.....	1
TOTAL	1312

O Fundo Documental “Octacílio Cartaxo” conta com um grande número de tipologias documentais a serem catalogadas. Estimamos que as seis estantes comportam em torno de 2.500 obras (entre revistas acadêmicas, livros acadêmicos e romances, periódicos, dicionários, leis, enciclopédias). Em ambiente vizinho a este Fundo Documental há um outro acervo de documentos avulsos que será, num segundo momento, catalogado e digitalizado tão logo terminemos esta primeira fase.

O trabalho dos discentes voluntários ocorre em diferentes etapas:

- (1) Separação e higienização dos exemplares de cada estante a serem catalogados (ver anexo 02 – Instituto Histórico de Cajazeiras e mesa de higienização);
- (2) Catalogação dos exemplares por tipologia documental, área do conhecimento, bibliografia, resumo e palavras-chave. Esta catalogação é feita através de uma ficha catalográfica elaborada pela equipe de professores vinculados ao projeto (ver anexo 3 – modelo de ficha catalográfica);
- (3) Digitação das fichas catalográficas para construção de um catálogo do acervo documental do IHC;
- (4) Reuniões quinzenais de toda a equipe visando o acompanhamento das atividades que estão sendo realizadas pelos estudantes e discussão teórica de textos previamente escolhidos pela equipe.

A carência de acervos documentais organizados na cidade de Cajazeiras, e seu entorno confirma a necessidade de dar continuidade a este trabalho. Assim, procuramos atuar em duas frentes: por um lado, reativando o IHC como espaço de pesquisa, de construção da memória e da história da cidade e de seus habitantes, reconhecido pelos estudantes da cidade e da região; por outro, disponibilizando a comunidade acadêmica, e ao público em geral, um acervo documental organizado, pronto para ser consultado.

A consulta ao catálogo de livros e documentos que compõem o acervo estará disponível em banco de dados digital, organizado a partir de software gratuito adquirido recentemente pelo grupo, que nos permitirá realizar a catalogação de forma sistemática. O processo de inserção desses dados no software também é parte da segunda etapa do projeto, quando esperamos já estar vinculados ao PROBEX com bolsistas devidamente cadastrados.

* * *

Ao trabalho do historiador é reservada uma tarefa fundamental: o trato com o documento histórico. Mas o que pode ser considerado um documento histórico? A quem é dado o poder e a legitimidade de atribuir o estatuto de documento histórico a uma massa documental?

Jacques Le Goff afirma que, “nos nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, (...) apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto.” (LE GOFF: 1994, 546.) Ou seja, é parte do processo de construção de uma narrativa histórica que o historiador crie o seu arcabouço documental, que ele atribua aos documentos o estatuto de fonte histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta Moraes (org.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

- BENJAMIN, Walter. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Obras escolhidas I – Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 197-221.
- BRESCIANI, M. S. M. & NAXARA, M. (orgs.) *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- BRESCIANNI, M. S. M. “Cidades: espaço e memória” In: *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- BURKE, Peter (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.
- CALDEIRA, Fernand. A (R) Urbanização paraibana – Cajazeiras, “a cidade que ensinou a Paraíba a ler”. In: MELO, José Otávio de Arruda (coord.) *Capítulos de história da Paraíba*. Campina Grande: Grafset, 1987.
- CALLARI, Claudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 59-83. 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CERTEAU, Michel de. Caminhadas pela cidade. In: *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996, pp. 169-192.
- DOSSE, François. *A história*. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- DUBY, G. e LARDREAU, Guy. *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. *Nação e Civilização nos Trópicos*. In: *Estudo Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- O REBATE. Propriedade e direção política de Marcolino Diniz. Edição histórica alusiva aos 80 anos. Cajazeiras, 22 de agosto de 2005.
- O RIO DO PEIXE. Orgam literário, noticioso e de orientação católica. Edição histórica alusiva aos 80 anos. Cajazeiras, 22 de agosto de 2004. Gráfica Real, 1500 exemplares.
- PÁTRIA JORNAL. Edição Histórica Alusiva aos 80 anos. Cajazeiras, 22 de agosto de 2003. Gráfica Real, 1500 exemplares.
- PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- Termo da Fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 07 de setembro de 1905. Disponível em: <http://www.ihgp.net/termodefundacaodoihgp.htm>. (acessado em 28/03/2010).